

Autores
Gabriela de Carvalho
Rogério Braga

O DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO E AS CONSTITUIÇÕES ECONÔMICAS BRASILEIRAS

Área específica
DIREITO CONSTITUCIONAL.

Áreas afins
DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO.

Público-alvo/consumidores
ESTUDANTES E PROFISSIONAIS DO DIREITO.

FORMATO: 12 × 18 cm
CÓDIGO: 10001570



Tem-se que o Estado deve se ater à ordem econômica constitucional, tendo por fundamento dois vetores principais, a valorização do trabalho humano e da livre-iniciativa, com o objetivo de garantir a todos os indivíduos uma existência digna, conforme os preceitos da justiça social. Indaga-se, portanto: seria possível dois ditames em sentidos “opostos” conviverem harmonicamente? Quais seriam as soluções apropriadas para fazer valer na realidade o que está expresso na Constituição? Essas questões já foram amplamente debatidas pela doutrina e pela jurisprudência, merecendo, não obstante, um maior detalhamento sobre os estudos realizados, já que a realidade o impõe, visto que a desigualdade social não só ainda existe, como foi agravada.

Diante disso, o objetivo do presente livro consiste em realizar uma análise sobre a ordem econômica nas Constituições do Brasil, começando pela Constituição Federal de 1988, momento em que serão abordadas questões relevantes sobre o tema *in generi*. Logo depois, serão apresentadas as anteriores constituições econômicas brasileiras, desde a Constituição do Império de 1824 até a de 1967. Assim sendo, será desenvolvido um estudo destinado à atuação estatal no domínio econômico, como elemento de participação, com caráter normatizador e regulador das atividades econômicas.

Conclui-se que é um poder-dever para os legisladores ordinários, membros do Executivo e do Judiciário, e ainda como instrumento para a sociedade civil, retirar a Constituição econômica do universo imaginário do dever-ser e implantar na prática as políticas econômicas públicas pelo viés da obediência à Carta Magna, com uma participação mais ampla da sociedade nos processos decisórios, bem como uma atuação mais transparente dos poderes do Estado. Não se olvide que tudo indica que a solução está na garantia da soberania nacional em detrimento do capitalismo selvagem do mercado internacional.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

C331d Carvalho, Gabriela de

O Direito Constitucional Econômico e as constituições econômicas brasileiras / Gabriela de Carvalho, Rogério Braga. – Belo Horizonte: Fórum, 2019.

95p.; 12,0 cm x 18,0 cm

ISBN: 978-85-450-0645-9

1. Direito Constitucional. 2. Direito Constitucional Econômico. I. Braga, Rogério. II. Título.

CDD: 341.2

CDU: 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CARVALHO, Gabriela de; BRAGA, Rogério. *O Direito Constitucional Econômico e as constituições econômicas brasileiras*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 95p. ISBN 978-85-450-0645-9.

Gabriela de Carvalho é Advogada da União. Consultoria-Jurídica da União em Minas Gerais. Doutoranda na Universidade de Direito de Lisboa. Mestre em Direito Público pela FUMEC/MG. Especialista em Direito Processual Civil na Universidade Federal de Uberlândia/UFU; em Direito Público pela Fortium-Centros de Estudos Jurídicos/DF; em Auditoria Interna e Controle Governamental pelo Instituto Serzedello Correa/TCU/DF e em Advocacia Pública pelo IDDE/MG.

Rogério Braga é Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Empresarial de Contagem. Pós-graduado em Direito Público pela Newton Paiva.

CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	11
1.1 Origem formal do constitucionalismo.....	11
1.2 Contexto de problematização da investigação.....	12
1.3 Objetivos do estudo.....	15
1.4 Hipóteses e justificação.....	17
1.5 Métodos e técnicas de pesquisa.....	17
1.6 Resenha de todos os capítulos	19
CAPÍTULO 2	
CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA ORDEM ECONÔMICA	21
2.1 Conceito de constituição econômica.....	25
2.2 Elementos sociológicos	28
2.3 Democracia	33
2.4 Capitalismo, socialismo e estatismo	36
2.5 Linhas interpretativas da constituição econômica.....	38
CAPÍTULO 3	
A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 – PROMULGADA EM 03/10/1988	41
3.1 Fundamento essencial da ordem econômica.....	43
3.2 Finalidade da ordem econômica	44
3.3 Princípios Constitucionais da ordem econômica.....	45
3.4 Soberania Nacional Econômica	48
3.5 Liberdade de iniciativa econômica.....	51
3.6 Livre concorrência e abuso do poder econômico.....	54
3.7 Princípios de integração	56
3.8 Empresa brasileira e capital estrangeiro	58
3.9 Serviço Público e atividade econômica estatal.....	59
3.10 Exploração Estatal de atividade econômica.....	60
3.11 Monopólios.....	61
3.12 Intervenção no domínio econômico.....	63
3.13 Planejamento econômico	64
CAPÍTULO 4	
A CONSTITUIÇÃO DE 1824 (OUTORGADA POR DOM PEDRO I EM 25/03) – CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO	67
CAPÍTULO 5	
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 24 DE FEVEREIRO DE 1891).....	71
CAPÍTULO 6	
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 16 DE JULHO DE 1934).....	75
CAPÍTULO 7	
A CONSTITUIÇÃO DE 1937 – CONHECIDA COMO POLACA .	79
CAPÍTULO 8	
A CONSTITUIÇÃO DE 1946 – PROMULGADA EM 18/09	83

CAPÍTULO 9	
A CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA DE 1967 – SEMIOUTORGADA EM 24/07	85
9.1 O problema da legitimidade e a Emenda nº 1	87
CONCLUSÃO	89
REFERÊNCIAS	93